RESUMO
A educação inclusiva é uma educação que acolhe a todos, valorizando as suas histórias e dificuldades, talentos e desejos. Ela inclui o professor e toda a comunidade escolar, as famílias, suas histórias e a história do entorno. O presente artigo tem por objetivo abordar os desafios da educação inclusiva no ambiente escolar. Esse tipo de educação implica o reconhecimento das diversas necessidades dos educandos. A identificação dessas necessidades ocorre através de uma maior participação dos educandos nos processos de aprendizagem ou do envolvimento com as culturas e comunidades locais. A presente pesquisa justifica-se pela construção de um sistema educacional que atenda a todos, respeitando as diferenças e promovendo oportunidades equitativas. Identificar os obstáculos permite uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por alunos com deficiência e outros grupos marginalizados. A pesquisa visou contribuir com reflexões sobre a diversidade, promovendo o respeito e a empatia entre alunos, professores e comunidade escolar. Isso é crucial para mudar mentalidades e práticas. Os educadores são muito importantes no processo, e quando estão engajados em fazer com que o educando se desenvolva ele adapta recursos, ele cria meios para transformar a sala de aula em ambiente aconchegante e acolhedor.

Palavra-chave: Educação inclusiva, desafios, ambiente escolar, alunos e recursos.

ABSTRACT
Inclusive education is an education that welcomes everyone, valuing their stories and difficulties, talents and desires. It includes the teacher and the entire school community, families, their stories and the history of the surroundings. This article aims to address the challenges of inclusive education in the school environment. This type of education implies the recognition of the diverse needs of students. The identification of these needs occurs through greater participation of students in the learning processes or involvement with local cultures and communities. This research is justified by the construction of an educational system that serves everyone, respecting differences and promoting equitable opportunities. Identifying obstacles allows for a deeper understanding of the challenges faced by students with disabilities and other marginalized groups. The research aimed to contribute to reflections on diversity, promoting respect and empathy among students, teachers and the school community. This is crucial to changing mindsets and practices. Educators are very important in the process, and when they are engaged in helping students develop, they adapt resources and create ways to transform the classroom into a warm and welcoming environment.

Keyword: Inclusive education, challenges, school environment, students and resources.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma educação que acolhe a todos, valorizando as suas histórias e dificuldades, talentos e desejos. Ela inclui o professor e toda a comunidade escolar, as famílias, suas histórias e a história do entorno. O seu principal foco é ajudar todos os alunos, independentemente de suas condições particulares, a desenvolverem o seu potencial máximo e a se preparar para a diversidade da vida como ela é. Visa oferecer educação de qualidade para todos, sem escolas homogêneas, respeitando a diversidade e eliminando todas as formas de discriminação e exclusão. A inclusão é, ao mesmo tempo, um direito e um desafio. A diferenciação pedagógica e a aprendizagem cooperativa são fundamentais para uma educação inclusiva, pois permitem que todos os alunos sejam ensinados de maneira que respeite suas diferenças individuais e promova a colaboração e o respeito mútuo.

O presente artigo tem por objetivo abordar os desafios da educação inclusiva no ambiente escolar. Esse tipo de educação impli-

ca o reconhecimento das diversas necessidades dos educandos. A identificação dessas necessidades ocorre através de uma maior participação dos educandos nos processos de aprendizagem ou do envolvimento com as culturas e comunidades locais.
A educação inclusiva é pautada no tripé: acessibilidade, que diz respeito ao acesso a aprendizagem, para isso é usados recursos como o ensino do braile, de libras, bem como confecção de materiais diferenciados que tem como objetivo facilitar o acesso dos alunos ao ensino; a mobilidade, está relacionado a aspectos físicos da instituição escolar, se refere ao deslocamento, ou seja, é preciso dispor de rampas, elevadores, guias para deficientes visuais, o objetivo é facilitar a movimentação da mobilidade desse público. E por fim a materialidade, que se refere a qualquer instrumento necessário ao educando para que ele possa ser incluído.
Dentro do contexto escolar outra ação bastante relevante é conversa e resolução de conflitos em sala, sobre isso é salientado que os professores podem conversar com suas turmas sobre a chegada de um aluno com deficiência para reforçar a visão inclusiva e por fim ela aborda a qualidade do ensino e da aprendizagem, sobre esse aspecto ela afirma que:

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos. (YOSHIDA, p. 10, 2018).

A presente pesquisa justifica-se pela construção de um sistema educacional que atenda a todos, respeitando as diferenças e promovendo oportunidades equitativas. Identificar os obstáculos permite uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por alunos com deficiência e outros grupos marginalizados. Isso inclui barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e estruturais que podem limitar o acesso e a participação plena desses estudantes.
Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, ou seja, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. De acordo com Gil (2007, p.44) tem como principais exemplos as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. As palavras-chaves são: Inclusão; educação física; adaptação; práticas e reflexão.
A pesquisa visa contribuir com reflexões sobre a diversidade, promovendo o respeito e a empatia entre alunos, professores e comunidade escolar. Isso é crucial para mudar mentalidades e práticas. Inspirar abordagens pedagógicas inovadoras que favoreçam a inclusão, como o ensino colaborativo, uso de tecnologia assistiva e a individualização do ensino.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Historicamente o processo de escolarização foi privilégio de um grupo, na educação, então, houve uma exclusão legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação a inclusão passa a ser uma preocupação, mas ainda se excluíam indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (BRASIL, 2008).

A Educação Especial surgiu, a princípio, para escolarizar crianças consideradas anormais, que eram impedidas de se inserirem no meio educacional tradicional, a que atualmente chamamos de ensino regular. Essa exclusão era algo tão forte que as próprias famílias das pessoas com necessidades especiais, muitas vezes, acreditavam que eles não eram merecedores ou não tinham aptidão necessária para frequentar os mesmos espaços escolares das pessoas sem deficiência. Como diz Bueno (1994, p. 24):

O processo completo de alargamento da educação especial quer em relação ao número quantitativo de crianças por ela mediadas, quer nas quantidades diversas de maneiras de atendimento e do tipo de alunos[...], cogita o alargamento das oportunidades educacionais para crianças que, por atributos favoráveis próprios, apresentam um déficit maior para inserirem – se em processos educacionais historicamente construídos.

A situação no século XX não era das melhores na perspectiva de uma educação para todos, o preconceito e a exclusão eram alarmantes, além da educação contar com defasagem de aprendizagem dentre os que tinham acesso à escola. Como explica Moll (1996, p. 21):

Com o desenvolvimento industrial e a urbanização dos países, o avanço nas relações produtivas capitalistas, encontram na falta de estudo e conhecimentos técnicos uma grande barreira para uma inserção social e profissional das pessoas com deficiências educacionais.

Sabendo que a educação tem uma trajetória ligada ao processo de exclusão, principalmente das classes menos favorecidas, em que meninos, meninas, jovens e adultos simplesmente eram rotulados e tinham suas oportunidades de crescimento intelectual determinadas por seus predicados físicos e socioeconômicos. Especificamente sobre as pessoas com necessidades especiais, acreditava-se que a participação social desses grupos de indivíduos desordenaria o progresso da sociedade. Como o preconceito era explícito, muitos pais mantinham os seus filhos trancados em casa para que eles não fossem alvo de práticas discriminatórias.

A Educação Especial tradicionalmente esteve organizada como atendimento educacional especializado que substituía o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. É uma organização que está assentada no conceito de normalidade/ anormalidade, porque se a pessoa fosse considerada normal estaria na escola regular, se ela fosse anormal deveria frequentar centros específicos voltados para pessoas com essas características (BRASIL, 2008).

Ferreira (1993, p.25) afirma que, no Brasil, "quando a psicologia entrou no ambiente educacional, ela acompanhou as exigências do 'modus operandi' da economia na época e do procedimento de alargamento da escola pública". Com a necessidade de mão-de-obra e o crescimento urbano-industrial, procedeu-se à aplicação de diagnósticos no espaço escolar para seleção dos indivíduos. Assim, através de testes eram realizadas classificações, aplicados testes que mediam inteligências.

Diante dos problemas apresentados pela escola, do fracasso escolar grande demonstrado pelos índices, da enorme exclusão de muitas pessoas da rede regular de ensino colocou-se em pauta a necessidade de que algo fosse feito em favor da aprendizagem das pessoas com necessidades especiais, no sentido de alguma intervenção na educação voltada para eles (CASAGRANDE; TABORDA, 2019).

Segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o atendimento às pessoas com deficiência se iniciou ainda no Império com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (atual Instituto Benjamin Constant – IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro). O Instituto Pestalozzi é fundado em 1926, como instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi (BRASIL, 2008).

Ferreira (1993, p.32) aborda a criação das "das Primeiras Sociedades Pestalozzi", organizações que estavam alinhadas com as ideias pedagógicas de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Seus alicerces foram fincados, no Brasil, no estado de Minas Gerais, pela professora Helena Antipoff.

Outra instituição de bastante proeminência é a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE), que começa com cerca de 20 alunos e nos seguintes têm seu público aumentado, como revela o documento elaborado pela Federação Nacional das APAES, que tem o nome de APAE Educadora (2001, p.12): "contamos com inúmeros institutos que foram criados com o passar dos anos, chegando a 1800 APAES, chegando no novo século com mais ou menos 160 mil atendimentos de pessoas com necessidades educativas especiais".

Vale chamar a atenção para o fato de a Educação Especial no Brasil ser dependente de entes beneficentes e de movimentos organizados na sociedade civil, ou seja, historicamente não foi vista como uma obrigação do poder público. Segundo Bueno (apud Ferreira, 1993, p.32) essa tendência "se deu, para que a deficiência ficasse na esfera da caridade pública e assim impedisse que esses direitos se juntassem ao conjunto de direitos da cidadania". Ross (2000, p. 48) afirma que: "Essa alegação tem o propósito de resgatar a hipotética autonomia individual que foi perdida com o intervencionismo do estado".

A diminuição do aparato estatal na área da Educação Especial configura um direito diferenciado, pois se os alunos sem necessidades especiais devem ter seu atendimento educacional garantido pelo Estado, as demais pessoas também deveriam ter (CASAGRANDE; TABORDA, 2019).

Várias instituições de ensino atualmente, dentre as quais estão as públicas e as privadas, realizam acolhimento especializado voltado às pessoas com necessidades especiais na ótica da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, mas ainda está longe do ideal. O atendimento filantrópico foi uma alternativa que socialmente ajudou a atender a demanda de pessoas que eram desacreditadas como capazes (CASAGRANDE; TABORDA, 2019).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação inclusiva tem ganhado crescente importância no Brasil, evoluindo de um modelo segregado para um sistema que valoriza a inclusão. Nos anos 1990, a Declaração de Salamanca, produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais da UNESCO, foi um marco na promoção dessa ideia, propondo que escolas regulares acomodem todas as crianças, independentemente de suas condições (BARCELLI; ROSALINO, 2022).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146, de 2015, é outro marco significativo, garantindo a plena inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação. Este estatuto estabelece que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a efetivação dos direitos fundamentais, removendo todas as barreiras que possam impedir a participação plena das PCDs no processo educativo (SILVA; ELIAS, 2022).

Uma das principais adaptações necessárias no currículo é a flexibilização dos conteúdos e das metodologias de ensino. Isso significa que os professores precisam estar preparados para utilizar diferentes abordagens pedagógicas, que atendam às diversas necessidades dos alunos. O uso de recursos tecnológicos, como softwares educativos e dispositivos assistivos, é uma estratégia importante para facilitar o aprendizado dos PCDs. Esses recursos permitem que os alunos com deficiência possam acessar o conteúdo de forma mais eficaz e participem ativamente das atividades escolares (ALMEIDA; MONTINO, 2021).

Outra adaptação curricular importante é a avaliação diferenciada. Avaliar os alunos com deficiência exige métodos que considerem suas particularidades, evitando comparações injustas com os demais alunos. A avaliação inclusiva deve ser contínua e processual, focada no progresso individual e nas competências desenvolvidas, mais do que na comparação com padrões normativos. Esse tipo de avaliação ajuda a identificar as áreas onde o aluno necessita de mais apoio e a adaptar o ensino para melhor atender às suas necessidades (BARCELLI; ROSALINO, 2022).

Finalmente, a formação continuada de professores é essencial para a implementação efetiva da educação inclusiva. Os educadores precisam estar constantemente atualizados sobre as melhores práticas e estratégias para incluir PCDs na sala de

aula. Programas de formação continuada, cursos de capacitação e a troca de experiências entre profissionais da educação são fundamentais para garantir que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão e possam contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento dos seus alunos (BRITO; FLORES, 2023).

A educação inclusiva e as políticas públicas relacionadas são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A evolução histórica da educação inclusiva, a legislação e as diretrizes curriculares mostram um compromisso crescente com a inclusão de PCDs no sistema educacional. No entanto, a implementação prática dessa inclusão ainda enfrenta muitos desafios, exigindo esforços contínuos de adaptação curricular, formação de professores e desenvolvimento de recursos e infraestruturas adequados (SILVAELIAS, 2022).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA

A escola pública enfrenta muitos problemas para que o ensino seja garantido, sabemos que existem muitas críticas pelo fato de o ensino em muitas instituições não serem considerado de qualidade, muitos são os fatores contribuem para essa triste realidade, dentre eles os mais citados, são a falta de valorização da mão de obra, recursos escassos para trabalhar e condições precárias das instalações. Este cenário é bem comum nas escolas da rede pública brasileira e diante disso, pensar na educação inclusiva torna-se algo necessário, pois para que alunos diferenciados necessitam de recursos diferenciados (SANTOS, 2019).

Oliveira e Veloso (2014), ao falarem sobre desafios da educação inclusiva no Brasil apresentam inicialmente os aspectos legais desse direito, assim os autores citam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um dos marcos importante para a vida e educação de crianças e jovens e neste esta explicito em seu art. 54, III que: “É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula. Quando listamos o que seria necessário ao perfil de uma escola inclusiva até pensamos ser coisas básicas, no entanto, toda mudança requer recursos financeiros e investimentos e é isso que muitas das vezes torna-se o grande problema da rede pública (SANTOS, 2019).

Garofalo (2018), afirma que este tema deve ser trabalhando dentro da escola e que alguns dos caminhos para promover essa mudança são, ou seja, para transformar a educação em um processo também de acolhimento, a autora destaca, a diversificação do currículo, a promoção de diálogo, envolvendo a comunidade escolar e familiar, investir em formação docente, dispor de tecnologias assistivas, ter um projeto de inclusão elaborado e flexibilizar o currículo.

As ideias são excelentes e são realidades, são ações que podem viabilizar o processo de inclusão na escola, no entanto, nem toda escola possui uma realidade que a permita dispor de todas estas atitudes e recursos, pois às vezes o financeiro não é compatível e a depender do contexto social da instituição até as parcerias (família e unidades de saúde) são precários, sem conexão. Quando a autora fala sobre a flexibilização do currículo ela salienta as dificuldades mais também a importância desta ação:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagógica humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência.

São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo. (GARAFALO, p. 3, 2018).

De acordo com Boy (2019), a escola inclusiva é aquela que não apenas aceita a matrícula do educando no sistema de ensino, mas fortalece um sistema educacional que respeite aceite e possibilite o acesso e a permanência de todos os educandos, garantindo-lhes uma escolarização com competência e qualidade. A autora ratifica que, na escola, só existe inclusão, de fato, se o aluno tiver aproveitamento do processo ensino-aprendizagem no seu rendimento escolar.

Conforme a autora, a educação inclusiva é pautada no tripé: acessibilidade, que diz respeito ao acesso a aprendizagem, para isso é usados recursos como o ensino do braile, de libras, bem como confecção de materiais diferenciados que tem como objetivo facilitar o acesso dos alunos ao ensino; a mobilidade, está relacionado a aspectos físicos da instituição escolar, se refere ao deslocamento, ou seja, é preciso dispor de rampas, elevadores, guias para deficientes visuais, o objetivo é facilitar a movimentação da mobilidade desse público. E por fim a materialidade, que se refere a qualquer instrumento necessário ao educando para que ele possa ser incluído (SANTOS, 2019).

Parece ser coisas simples de se ter nas escolas, não é? Mas como já mencionado cada escola vive uma realidade especifica, que vai afetar todas as ações executadas pela instituição. A escola irá deixar de receber alunos com necessidades especiais? Jamais, está em lei, este foi um direito conquistado, mas não há garantia de um processo educativo com eficácia garantida e muito menos que a educação inclusiva de fato se fará materializada, parece ser redundante, mas as dificuldades apresentadas na rede pública sempre se voltaram aos aspectos financeiros, seja investimento de recursos materiais, estrutura física, preparo do corpo docente e equipe de apoio especializado.

A própria implantação do processo inclusivo é algo complexo a realidade da rede pública, segundo Silva (2014), essa dificuldade justifica-se porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que tem início na secretaria de educação e que valoriza todos que fazem parte do contexto escolar, inclusive o professor, este principalmente porque é quem atua diretamente com eles buscando integra-los e ensina-los. A autora acredita que este é um processo continuo e que por isso o educador deve ser sempre atualizado, assim ratifica que um dos pontos a ser reforçado como forma de superar as dificuldades é educação continuada dos profissionais da área de educação.

Todas as “pedras” que a educação inclusiva encontra em seu caminho rumo a um ensino público de qualidade está sem dúvida voltado a questões de investimento, pois sem ele torna-se quase que impossível atender as demandas como prevê a legislação vigente. De acordo com Yoshida (2018), é fundamental que a equipe gestora da escola tenha plena consciência sobre estas questões legais, fazendo-se valer os direitos de cada aluno, pois independente da realidade da instituição, esses aspectos devem ser seguidos. Conforme a autora:

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. (YOSHIDA, p. 5, 2018).

A autora ainda explica quais os pontos que devem ser considerados dentro da perspectiva do processo inclusivo em toda e qualquer escola, e salienta que existe uma má interpretação do que a lei e documentos sobre o assunto determina como fundamental, como por exemplo, “muitas vezes a interpretação dada para o termo “adaptações razoáveis” seja entendida como adaptações curriculares. “O documento fala em adaptações no meio físico, na comunicação, na forma de realizar as provas, por exemplo.

(YOSHIDA, p. 6, 2018).

A autora conclui que é preciso que existam de forma real apoio e recursos do governo, segundo a mesma o estado deve oferecer assistência técnica e financeira, também é preciso ter adaptação e previsão de recursos em sala, sobre este ponto, ela diz que. “Cabe ao gestor oferecer tempo e espaço para que professores, coordenador e especialistas possam conversar e tirar dúvidas sobre a integração do aluno com deficiência”. Ela também cita a formação da equipe inclusiva, sobre isso Yoshida (2018), explica que o ideal é garantir a formação na própria escola, já que o gestor conhece melhor sua equipe e a comunidade. O gestor pode formar um grupo para levantar as informações relevantes em relação à deficiência dos alunos e compartilhar em reunião.

De um modo mais específico cada escola pública brasileira apresentará suas dificuldades no processo inclusivo, mesmos as que dispõem de sala de recursos, profissionais capacitados e até materiais que facilitam a prática cotidiana terá algum problema relatar, porque ainda não se tem escolas de ensino regular com 100% de eficiência no quesito inclusão, infelizmente sempre falta algo, assim este estudo mostra de forma ampla o que as atinge. Às vezes as escolas possuem recursos mais a equipe pedagógica não está preparada ou ao contrário, no entanto as discussões trazidas por alguns autores revelam que mesmo sem recursos se alguns dos pontos trazidos por Yoshida forem postos em prática já é possível melhorar e muito a situação da instituição no critério receptividade e ensino destes alunos (SANTOS, 2019).

CONSIDERAÇOES FINAIS

A educação inclusiva representa um compromisso fundamental com o direito à educação de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças. Contudo, sua implementação enfrenta diversos desafios que precisam ser cuidadosamente considerados e superados. É um objetivo que, embora desafiador, é imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Superar esses desafios exige um esforço conjunto de governos, instituições de ensino, educadores, famílias e a sociedade como um todo. Ao promover um ambiente educacional inclusivo, estamos não apenas atendendo às necessidades de estudantes com deficiência, mas enriquecendo a experiência de aprendizado de todos os alunos.

Apesar das dificuldades, é possível fazer a educação inclusiva acontecer, sem dúvidas os recursos facilitam a vida do educador, mas na ausência o aluno deixará de participar? O processo educativo exige inovação e criatividade, principalmente quando os recursos que seriam necessários para alcançar metas não se encontram disponíveis. Como já mencionado o professor é muito importante no processo, e quando ele está engajado em fazer com que o aluno se desenvolva ele adapta recursos, ele cria meios para transformar a sala de aula em ambiente aconchegante e acolhedor.

A rigidez dos currículos tradicionais muitas vezes não atende às necessidades de todos os alunos. É necessário desenvolver currículos que sejam flexíveis e que possibilitem adaptações, garantindo que todos os estudantes possam aprender em suas próprias velocidades e estilos.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Alcilene Gomes; MONTINO, Mariany Almeida. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. Multidebates, v. 5, n. 1, p. 177-193, 2021.

BARCELLI, Juliana Carolina; ROSALINO, Israel. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. Ipê Roxo, v. 4, n. 1, 2022.

BOY, P.P. Educação Inclusiva: desafios e possibilidades. 2019. Disponível em:https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades Acesso em 25/10/2024.

BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRITO, Giseli Artioli; FLORES, Maria Marta Lopes. A inclusão de alunos com deficiência intelectual: em foco as práticas pedagógicas. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 16, n. 48, 2023.

CASAGRANDE; Ana Lara; TABORDA; Lídia A.G. Educação inclusiva: a trajetória evolutiva no Brasil, 2019. Disponível em: https://revista.institutoiesa.com/wp-content/uploads/2020/10/1-EDUCACAO-INCLUSIVA-A-TRAJETORIA-EVOLUTIVA-NO-BRASIL--LIDIA-ARACELI.pdf Acesso dia 24/10/24.

FERREIRA, J. R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993.

GAROFALO, D. Os desafios da educação inclusiva. 2018. Disponível em: https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/ Acesso em 25/10/2024.

MOLL, J. Alfabetização possível: Reinventado o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

ROSS, P. R. Educação Inclusiva: da ideologia neoliberal às possibilidades e limites concretos. Ponto de Vista. Cidadania – Modernidade – Deficiência. Florianópolis: Revista do curso de Pedagogia séries iniciais – Habilitação Educação especial do Projeto Magister/UFSC. V.2. p. 48-52, Janeiro/fevereiro de 2000.

OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. In: Revista Brasileira de Educação Básica. 2014. Disponível em: https://beducacaobasica.com.br/principais-desafiosnainclusaodosalunoscomdeficiencianosistemaeducacional/ Acesso em 24/10/2024.

SANTOS, Guilherme Alexandre. Os desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf Acesso dia 25/10/2024.

SILVA, Eliza França; ELIAS, Luciana Carla Dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. Educação em revista, v. 38, p. e26627, 2022.

SILVA, L. N. da. Inclusão escolar: dificuldades e desafios da inclusão nas series iniciais em uma escola pública. Editora Realize, 2014.

YOSHIDA, S. Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública. 2018. Disponível em: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafiosnainclusaodosalunoscom-deficiênciananaescolapublica Acesso em 24/10/2014.